

## **6-1 - Planos e Programas Governamentais**

O presente item refere-se aos planos, programas e projetos implantados ou em elaboração nas Áreas de Estudos do Trecho Terrestre e na Área de Influência do Trecho Marítimo do Gasoduto Rota 3.

No que concerne aos planos, programas e projetos desenvolvidos e implantados, é importante ressaltar não só a especificidade de projetos municipais, como a presença de parcerias e investimentos dos Governos Federal e Estadual, que pode ocorrer de forma integral, sob a forma de parcerias ou colaboração parcial. Dada à relevância de alguns consórcios, fundações e institutos na região, que são fomentados, ainda que parcialmente, pelo poder público, as mesmas foram incluídas.

Sempre que o plano, programa ou projeto seja desenvolvido em mais de uma esfera administrativa, o detalhamento do mesmo é descrito do âmbito federal para o estadual e municipal. É importante esclarecer que, dada a disparidade das fontes, nem todos os planos, programas e projetos aqui apresentados contêm o mesmo grau de detalhamento, não tendo sido possível a homogeneização da forma de apresentação.

Deve-se ressaltar que este é um levantamento não exaustivo dos planos, programas e projetos em execução ou previstos para a área, dada a variedade dos mesmos e, em alguns casos, a indisponibilidade ou restrições de acesso das informações. Optou-se, neste item, por apontar aqueles com o perfil que indique abrangência que possa vir a interagir, influenciando ou sendo influenciado pela implantação da atividade.

Com o propósito de facilitar a leitura, almejou-se ainda, organizar dentro de cada esfera, os planos, programas e projetos afins, considerando para tanto a similaridade da área de atuação, os objetivos ou segmento responsável. Os planos, programas e projetos são sumarizados no Quadro 6-1, a seguir.

**Quadro 6-1 - Planos e programas governamentais.**

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)	Conhecer e avaliar a potencialidade dos recursos vivos e não vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacente, visando a gestão e o uso sustentável desses recursos.	O plano tem consolidado a importância dos recursos do mar para o desenvolvimento nacional, integrando o conhecimento científico à utilização racional desses recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacente. O plano avalia, assim, a potencialidade dos recursos, visando sua gestão e uso sustentável. O amadurecimento das atividades deste programa levou ao desdobramento e consolidação de diversas atividades que hoje se apresentam como planos e programas parcialmente independentes (ex. REVIZEE e REMPLAC). No dia 3 de março de 2005 foi aprovado o "VI Plano Setorial para os Recursos do Mar" (VI PSRM), através do Decreto nº 5.382.
	Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMLAC)	Garantir ao país os seus direitos de soberania para fins de exploração, aproveitamento e gestão dos recursos minerais em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE).	Criado por meio da Resolução nº 004, da CIRM, de 03 de dezembro de 1997, o REMPLAC para alcançar seus objetivos, foi dividido em 4 (quatro) Subcomitês Regionais (SCOREs) devido à extensão da plataforma, assim denominadas: PRT Norte (foz do rio Oiapoque ao delta do rio Parnaíba); PRT Nordeste (delta do rio Parnaíba a São Mateus); PRT Sudeste (São Mateus a Cananéia) e PRT Sul (Cananéia ao arroio Chuí).
	Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (REVIMAR)	A partir dos resultados obtidos pelo Programa REVIZEE, a Ação REVIMAR tem por objetivo avaliar, monitorar e promover a conservação da biodiversidade marinha, com enfoque ecossistêmico, visando ao estabelecimento de bases científicas e ações integradas capazes de subsidiar políticas e ações de conservação e estratégias de gestão compartilhada para uso sustentável dos recursos vivos.	O Comitê Executivo REVIMAR foi criado pela Portaria nº 233/MB, de 14 de setembro de 2005 e tem como metas estabelecer um programa de monitoramento das espécies marinhas, com destaque para aquelas em situação de vulnerabilidade, ameaçadas e sobre-explotadas; Manter a avaliação contínua das 6 Unidades de Conservação de ecossistemas recifais monitoradas pelo método Reef Check; Monitorar 100% das áreas de manguezais mapeadas (1.225.000 ha em 2011); Avaliar o estado de conservação de espécies marinhas, visando à atualização das listas de espécies ameaçadas; Duplicar o número de Planos de Ação elaborados para as espécies marinhas ameaçadas de extinção; Ampliar para 4% do MT e ZEE (3,5 milhões de km <sup>2</sup> ) o total de áreas marinhas protegidas consolidadas; e Ampliar em 20% ao ano as operações planejadas de fiscalização do uso dos recursos vivos marinhos, visando à proteção e à exploração sustentável.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM)	Realização de estudos da zona costeira, margem continental e fundo oceânico, elaborar um mapeamento sistemático, avaliar o potencial de recursos minerais, subsidiar o programa de delimitação da margem continental. Formação e capacitação técnico-científica de pessoal em Geologia e Geofísica Marinha. Fortalecimento dos centros de excelência de pesquisa e ensino existente no Brasil e apoio aos grupos emergentes participantes do PGGM.	O programa foi instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989. Para alcançar os objetivos, o Programa desenvolve atualmente três sub-programas que dividem em Áreas Costeiras, Áreas Oceânica e Formação de Recursos Humanos. O programa conta também com bancos de dados nacionais como, Banco Nacional de Amostras Geológicas (BNAG), Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO) e o Banco de Equipamentos Geofísicos (BEG).
	Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS)	Implementar, sistematizar e tornar plenamente operacional a coleta, a análise e a transmissão de dados em toda a área oceânica sobre a qual o Brasil exerce direitos de soberania e jurisdição, gerando-se produtos de impacto socioeconômico para o país.	Os dados coletados, tanto pelo Programa Piloto GOOS/Brasil, quanto pelo Programa Nacional de Bóias, serão operacionalizados e disponibilizados à comunidade usuária (cientistas, órgãos governamentais e institutos de pesquisas, entre outros) por meio de redes internacionais, via satélite, já existentes no mundo. O programa tem disponibilizado os dados obtidos em seu site na Internet. Ele foi criado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em cooperação com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo em vista os dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e da Agenda 21.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)	Visa a utilização racional dos recursos da zona litorânea, com vistas à preservação da qualidade de vida da sua população e à efetiva proteção aos ecossistemas nela existentes.	O PNGC foi constituído pela Lei 7.661/88, cujos detalhamentos e operacionalização foram definidos pela Resolução no 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90. A própria Lei já previa mecanismos de atualização do PNGC, por meio do Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (COGERCO), composto por representantes de entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, instituído, no âmbito da CIRM. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), os programas de gerenciamento costeiro vêm sendo executados nos 17 estados costeiros da Federação, com o apoio financeiro do Governo Federal e do Banco Mundial. Além dos fundamentos legais e instrumentos de gerenciamento ambiental, existem diversos outros projetos, planos e programas que estão associados a este.
	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla	As ações do projeto visam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. O Projeto busca responder a uma série de desafios como reflexo da fragilidade dos ecossistemas da orla, do crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes.	O Projeto é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG). O Projeto segue as seguintes diretrizes: i) Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço; ii) Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; iii) Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.
	Programa de investigação global da poluição no ambiente marinho (GIPME – Global Investigation of Pollution in the Marine Environment)	Avaliar a situação do meio ambiente marinho, a nível regional e global; identificar a necessidade de medidas para prevenir ou minimizar a poluição marinha; estabelecer procedimentos para a avaliação e melhoria da execução dos monitoramentos.	O Brasil não dispõe de um Programa Nacional de Monitoramento da Poluição Marinha, mas realiza, de forma dispersa, um vasto número de observações nas regiões costeiras e de plataforma continental, sendo estas mais escassas na região oceânica. Tais pesquisas poderiam ser integradas nacionalmente e, observando a metodologia recomendada pelo GIPME, também em nível mundial.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO	Verificar a aplicabilidade das imagens da câmera CCD para a geração do mapa base e determinação dos principais ecossistemas costeiros da BMS, determinar os Índices de Sensibilidade do Litoral (ISL) e criar um banco de dados geográficos com dados ambientais.	Diversos estados têm desenvolvido suas cartas com base na metodologia padronizada e atualmente encontram-se em fase de refinamento e enriquecimento de dados em escala regional.
	Programa Nacional do Meio Ambiente	Tem por objetivo contribuir para o fortalecimento das principais instituições ambientais brasileiras bem como reforçar a capacidade de gestão ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.	Atualmente o Programa encontra-se em sua segunda fase (2009-2014), tendo por meta principal a atuação junto aos estados e ao governo federal nas seguintes temáticas ambientais: licenciamento, monitoramento e instrumentos econômicos para a gestão do meio ambiente. E para a execução das ações propostas para o Programa, inicialmente, foram definidos como parceiros o Instituto Chico Mendes – ICMBio ; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Fundação Nacional do Índio - Funai, Fundação Cultural Palmares, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Ministério da Saúde e o estado do Acre.
	Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar (PRONAR)	Promover a orientação e controle da poluição atmosférica no país, estabelecer padrões nacionais de qualidade do ar e de emissão na fonte, implementar uma política de prevenção de deterioração da qualidade do ar, implementar a rede nacional de monitoramento do ar e o desenvolver inventários de fontes e poluentes atmosféricos prioritários.	Até hoje, novos padrões nacionais de qualidade do ar foram implementados, foram estabelecidos os critérios para elaboração de plano de emergência para episódios agudos de poluição do ar, bem como o primeiro conjunto de padrões nacionais de limites máximos de emissão para processos de combustão externas em novas fontes fixas. Atualmente, o objetivo é fortalecer a estrutura institucional e resgatar os itens previstos no PRONAR, de forma que este Programa se transforme efetivamente em um instrumento eficaz de controle da poluição atmosférica.
	Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO)	Promover parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável dos seus recursos e na repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes.	Foi instituído, em 1994, por meio do Decreto 1.354, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, viabilizando as ações propostas pela Política Nacional da Biodiversidade.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO II)	Promover a priorização e a integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado ("transversalização") em nível nacional; consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.	O Probio II é uma iniciativa nacional coordenada pelo MMA. A sua execução é descentralizada, por meio da execução de projetos dos beneficiários cujos resultados individuais contribuirão para a meta global do Projeto. Através do projeto pretende-se impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional, começando com os setores de agricultura, ciência, pesca, florestas e saúde.
	Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio)	Implantar e prover a manutenção de redes de inventário da Biota, apoiar a manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos do País (coleções <i>ex situ</i> ), apoiar a pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade e desenvolver ações estratégicas para políticas de pesquisa em biodiversidade.	O Programa adota um modelo de gestão descentralizado, onde a implementação de suas ações se faz em articulação com agências de fomento à pesquisa e com apoio direto de institutos de pesquisa e universidades, designados para exercerem a função de Núcleos Executores do PPBio.
	Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)	Promover processos de educação ambiental que integrem dimensões culturais, sociais e políticas, contribuir para a organização de grupos e redes de educação ambiental, promover a educação ambiental como parte integral de projetos de desenvolvimento e conservação, no intuito de contribuir para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.	Para alcançar os diversos objetivos, o Programa atua dentro de várias linhas de ação e desenvolve diversas estratégias, como Gestão e Planejamento de Educação Ambiental no País, Formação de Educadores Ambientais, Comunicação para Educação Ambiental, Inclusão de Educação Ambiental nas Instituições de Ensino, Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Ação Biotecnologia Marinha (BIOMAR)	Promover e fomentar o estudo e a exploração sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha existente nas AJB e em outras áreas de interesse nacional, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do País.	Criado em 14 de setembro de 2005, pela Portaria nº 230/MB, o BIOMAR, no desenvolvimento de suas atividades tem buscado : diagnosticar e fortalecer a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação em biotecnologia marinha no Brasil; Estabelecer mecanismos de suporte à pesquisa científica relacionada à biotecnologia marinha; Ampliar o conhecimento científico sobre a biodiversidade marinha com potencial biotecnológico; e Estimular a geração de processos e produtos inovadores.
	Agenda 21	Integrar, mobilizar, capacitar e sensibilizar a população em escalas nacional, regional e local para redução de problemas ambientais.	A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. Gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marinhas, inclusive zonas econômicas exclusivas, incluindo a proteção do meio ambiente marinho, uso sustentável e conservação dos recursos marinhos vivos de alto mar, análise das incertezas críticas para o gerenciamento do meio ambiente marinho e a mudança do clima; e fortalecimento da cooperação e da coordenação no plano internacional, inclusive regional.
	Plano Nacional de Energia (PNE) - 2030	O PNE-2030 fornece os subsídios para a formulação de uma estratégia de expansão da oferta de energia econômica e sustentável com vistas ao atendimento da evolução da demanda ao longo prazo.	Primeiro estudo de planejamento integrado dos recursos energéticos realizado no âmbito do Governo brasileiro, o Plano foi lançado em julho de 2006 contemplando as diversas fontes de energia previstas na Matriz Energética Brasileira. O trabalho é conduzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME).
	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP)	Mobilizar e organizar os empreendedores para o fornecimento de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis da indústria de petróleo e gás nacional.	O PROMINP iniciou suas atividades já com uma carteira de 47 projetos, aprovada pelo Comitê Diretivo do Programa. O desafio consiste em desenvolver projetos de aumento do conteúdo nacional nas áreas específicas de Exploração & Produção, Transporte Marítimo, Abastecimento e Gás & Energia.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Planejar e executar medidas que estimulem o desenvolvimento econômico e social do país.	O PAC é o programa federal de expansão do crescimento baseado no investimento em infraestrutura que, aliado a medidas econômicas, visa estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. O programa tem como um dos seus principais alicerces o estímulo à geração e distribuição de energia no Brasil. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras
	Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET)	Incentivar o uso mais eficiente das fontes de energia não renováveis no transporte, nas residências, no comércio, na indústria e na agropecuária.	O programa estabelece convênios de cooperação técnica e parcerias com órgãos governamentais, não-governamentais, representantes de entidades ligadas ao tema e também organiza e promove projetos. O CONPET é um Programa do Ministério de Minas e Energia coordenado por representantes de órgãos do Governo Federal e da iniciativa privada (Grupo Coordenador do CONPET). A Gerência de Conservação de Energia, Energia Renovável e Suporte ao CONPET é o órgão da Companhia que exerce a função de Secretaria Executiva do CONPET, sendo responsável por elaborar projetos, operacionalizar as estratégias, promover a articulação institucional e divulgar as ações do Programa.
	Programa de Controle Estatal Portuário (Port State Control)	Inspeccionar os navios estrangeiros em águas brasileiras, de forma a verificar as condições de salvaguarda da vida humana no mar e a proteção ao meio ambiente marinho.	Este programa se encontra consoante às normas e aos padrões estabelecidos pela MARPOL, que concede aos portos, inclusive, a autonomia para deter o navio sob suspeita até a eliminação satisfatória do risco de dano ao meio ambiente. O sistema já se encontra implantado em alguns portos brasileiros, como , do Rio de Janeiro, Santos, Vitória e São Luís.

(continua)



Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA)	Tem como propósito identificar e avaliar a potencialidade mineral de áreas com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil, localizadas nesta região.	Criado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, por meio da Resolução nº 003, da CIRM, de 16 de setembro de 2009, o PROAREA, se constitui num importante instrumento para ampliar a presença brasileira nesta área marítima, por meio da implementação de atividades que propiciarão o desenvolvimento de tecnologia de ponta, a geração de empregos e a qualificação de recursos humanos, contribuindo, dessa forma, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do País e para uma maior inserção brasileira no cenário internacional. Suas atividades de trabalho estão divididas nos seguintes Projetos: a) Integração e Sistematização de Informações; b) Avaliação da Potencialidade Mineral; c) Estudos de Viabilidade Econômica, Técnica, Ambiental e Legal; e d) Prospecção e Exploração de Recursos Minerais (contrato com a ISBA)
	Programa TRAIN-SEA-COAST do Brasil	Capacitar pessoas para atuarem em projetos e empreendimentos nas áreas costeira e oceânica.	Este programa tem como público-alvo os profissionais vinculados às instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, usuários, pesquisadores e legisladores, envolvidos direta ou indiretamente, com o planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da zona costeira. Este programa apresenta forte inter-relação com o Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro – <i>Globallast</i> em virtude da sistematização da segurança biológica e sanitária proposta pelos mesmos. Alguns cursos já oferecidos pelo programa são: Gestão de Efluentes Líquidos em Municípios Costeiros; Gestão de Água de Lastro, Gerenciamento Costeiro Integrado e Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil. O Programa TRAIN-SEA-COAST é uma rede mundial para a capacitação dos recursos humanos que atuam nas regiões costeiras e oceânicas. As Nações Unidas (ONU), através da Divisão de Assuntos Oceânicos e da Lei do Mar, estabeleceram em 1993 o Programa Train-Sea-Coast, baseando-se nas metas da Agenda 21 (Capítulo XVII) determinadas na Conferência Mundial do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente (1992).

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Mentalidade Marítima	Estimular, por meio de ações planejadas, objetivas e continuadas, o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira.	O programa tem como metas: (i) conscientizar a população, principalmente a parcela localizada nas regiões litorâneas, sobre a importância do mar na vida do cidadão; (ii) conscientizar as crianças e os jovens sobre a importância e a responsabilidade de sua atuação na preservação dos mares; (iii) criar na juventude o interesse pelas coisas do mar e fomentar uma consciência marítima, essencial para a nossa soberania; (iv) divulgar o mar como fonte essencial de recursos para a humanidade e; (v) mobilizar a população brasileira como um todo para o efetivo engajamento na preservação do mar e na utilização dos seus recursos.
	Programa de Seguro-Desemprego para Pescador Profissional que Exerce a Atividade Pesqueira de Forma Artesanal, no período de defeso	Auxiliar com um salário-mínimo mensal, o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, durante o período de defeso.	O período de defeso de atividade pesqueira, o qual rege a disponibilidade do recurso acima citado, é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para espécie marinha, fluvial ou lacustre cuja captura o pescador se dedique.
	Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB	Destina-se a subsidiar o mecanismo de debate com a sociedade, de forma a colher sugestões e contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral, sobre as ações e procedimentos que irão orientar a política de saneamento básico no País nos próximos vinte anos.	Quando aprovado em sua etapa final, o PLANSAB constituirá o eixo central da política federal para o saneamento básico, promovendo a articulação nacional dos entes da federação para a implementação das diretrizes da Lei 11.445/07. O plano estabelece metas para o saneamento básico brasileiro, e, visando atingi-las ao longo dos 20 anos de execução, define macrodiretrizes e estratégias que orientam a atuação dos agentes públicos e privados, em especial o Governo Federal, bem como cria os Programas de investimentos em saneamento básico com previsão dos recursos necessários tanto da parte dos agentes federais - Orçamento-Geral da União (OGU) e agentes financeiros e de fomento do Governo Federal, dentre outros - como daqueles não federais - governos de estados, prefeituras municipais, iniciativa privada, organismos internacionais, dentre outros.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Sistema de Informação das Autorizações de Uso das Águas de Domínio da União para fins de Aquicultura (SINAU)	Cadastrar e controlar os projetos aquícolas, referenciar geograficamente as faixas ou áreas de preferência, os parques e áreas aquícolas e as unidades demonstrativas e de pesquisa, criar e manter o banco de dados das autorizações de uso e subsidiar o ordenamento das atividades aquícolas em águas de domínio da União.	Desde janeiro de 2004, vem cadastrando aquícultores, e maricultores, demonstrando ser uma ferramenta valiosa e indispensável no processo de tomada de decisões e no planejamento das ações estratégicas da SEAP-PR. Com a implantação definitiva desse Sistema e os novos métodos de trabalho nos Escritórios Estaduais e Regionais, esta Secretaria estará capacitada para realizar avaliações técnicas criteriosas dos projetos aquícolas, fato este que contribuirá para o desenvolvimento sustentável das atividades aquícolas em todo território nacional, além de agilizar os procedimentos administrativos até então utilizados.
	Serviços urbanos de água e esgoto – Apoio à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes.	O programa destinado a família de baixa renda, tem gestão do Ministério das Cidades (MCidades), é operado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Internacionais, visando ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano.
	Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA)	Oferecer à sociedade conhecimento adequado da qualidade das águas superficiais brasileiras, de forma a subsidiar os tomadores de decisão (agências governamentais, ministérios, órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente) na definição de políticas públicas para a recuperação da qualidade das águas, contribuindo com a gestão sustentável dos recursos hídricos.	O Programa é implementado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e foi criada em resposta aos conflitos gerados pelas diversos usos de água e à falta de padronização de informação que contribuirá à solução destes conflitos.
	Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana	Reduzir as desigualdades sociais e territoriais e assessorar os municípios na elaboração de seus Planos Diretores.	O programa busca reforçar a capacidade de gestão territorial e urbana dos municípios e promover a inclusão social. Também tem como parceiros o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAF-M) e os programas de fortalecimento da gestão ambiental urbana das agências internacionais.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (PRODETUR)	Otimizar os esforços no desenvolvimento nacional do turismo de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional.	A formulação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil para os próximos anos. . Ele define as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Entre suas diretrizes devem ainda, nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.
	Plano Nacional de Resíduos Sólidos	Atuar como um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/10) de forma a apresentar um diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos no Brasil com a proposição de metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada; metas de aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos; metas para a eliminação e recuperação de lixões; criação de normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, etc.	O Plano possui coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, devendo ser elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.
	Plano de gestão para o uso sustentável de lagostas no Brasil	Materializar a nova prática de gestão compartilhada definida pela área ambiental do governo como o caminho para reverter a crise por que passa o uso sustentável dos recursos pesqueiros no Brasil, notadamente para a pesca da lagosta	Elaborado pelo IBAMA de forma participativa, em atendimento ao definido na Instrução Normativa MMA nº 05/2004, o plano inclui áreas de captura no litoral do Espírito Santo.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano Juventude Viva	Ampliar direitos e prevenir a violência que atinge de forma preocupante a juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros com maiores índices de homicídios	O plano articula programas e ações do Governo Federal e os destina ao público juvenil, em função de sua maior vulnerabilidade, e aos territórios mais afetados pelos altos índices de homicídios. O foco das ações é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado com serviços públicos; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, a partir do enfrentamento ao racismo nas instituições.
	Plano de Ação Nacional para a Conservação do pequeno Cetáceo Toninha <i>Pontoporia blainvillei</i>	Minimizar as ameaças sobre a espécie e garantir sua viabilidade em longo prazo.	As ações propostas pelo plano de ação estão condicionadas a serem realizadas com esforço conjunto dos diferentes atores: centros de pesquisa, universidades, organizações não-governamentais, e representações governamentais em âmbito federal, estadual e municipal..
	Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Mamíferos Aquáticos Pequenos Cetáceos	Proteção, preservação e conservação de pequenos cetáceos.	O Plano propõe duas frentes de trabalho: o aumento do conhecimento sobre as espécies deficientes de dados e o desenvolvimento de ações de conservação efetivas para salvar as espécies com ameaças iminentes. Portanto, este Plano pode ser utilizado como referência, integrando-se às agendas ambientais de todos os órgãos competentes, universidades e organizações não-governamentais.
	Plano de Ação Nacional para Conservação dos Mamíferos Aquáticos - Grandes Cetáceos e Pinípedes	Orientar e estabelecer as ações prioritárias para a conservação das espécies de mamíferos aquáticos, presentes na Lista Nacional da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (IN MMA nº 3, 26/05/2003), assim como das espécies que sofrem ameaças de origem antrópica, ao longo de sua distribuição geográfica, para posterior implementação por atores da esfera governamental e não-governamental.	Dando continuidade ao trabalho do GTEMA e do IBAMA, o Instituto Chico Mendes, contando com parceiros-chaves, consolidou o Plano Nacional de Conservação dos Mamíferos Aquáticos de 2011. Dentre as 16 espécies de mamíferos aquáticos abordadas no Plano, há ênfase em seis espécies ameaçadas: baleia-azul, baleia-fin, baleia-sei, baleia-franca, baleia-jubarte e cachalote.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano de Ação Nacional para Conservação das Tartarugas Marinhas	Redução da captura incidental das tartarugas marinhas pela atividade pesqueira, contribuindo para aperfeiçoar as atividades desenvolvidas na zona costeira e marinha.	O plano de ação compreende ações de conservação para as cinco espécies existentes na costa brasileira, aprovada pela Portaria nº135, que estabelece seu objetivo, metas, prazo, abrangência, formas de implementação, supervisão e institui o Grupo Estratégico para conservação e manejo com a ajuda dos centros de pesquisa, universidades, organizações não governamentais e representações governamentais das esferas do governo (federal, estadual e municipal).
	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Contribuir para o combate à pobreza e a desigualdade, o fortalecimento da governança democrática, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e sustentável,	O PNUD Brasil - por intermédio da cooperação técnica e em parceria com o governo brasileiro, o setor privado e a sociedade civil - alinha seu trabalho às necessidades de um país dinâmico, complexo, multifacetado e diversificado.
	Programa Bolsa Família (PBF)	Transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País.	O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM).
	Programa Brasil Carinhoso	Cuidar das pessoas que estavam na extrema pobreza na época do lançamento do Brasil Sem Miséria tinham menos de 15 anos.	
	Programa Segundo Tempo	Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.	
	Programa Mais Educação	O Programa Mais Educação aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macro campos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.	

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano de Desenvolvimento da Educação	Objetiva a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo.	
	Programa Dinheiro Direto na Escola	Consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantida por entidades sem fins lucrativos.	
	Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)	Busca desenvolver ações integradoras da educação e do trabalho, a ciência e a tecnologia, objetivando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que proporcionasse a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia.	O Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP foi uma iniciativa do Ministério da Educação – MEC, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.
	Programa de Saúde da Família (PSF)	A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde.	
	Programa de Regionalização do Turismo	Macro programa que define as regiões turísticas como estratégicas na organização do turismo para fins de planejamento e gestão.	A oferta turística regional adquire maior significância e identidade pela qualidade e pela originalidade capaz de agregar valor ao produto turístico.

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Política Nacional de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente	Conhecimento da biodiversidade; conservação da biodiversidade; uso sustentável dos componentes da biodiversidade; acompanhamento, avaliação, prevenção e mitigação dos impactos sobre a biodiversidade; acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais da biodiversidade e, repartição dos benefícios; educação e sensibilização pública; fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade) e sete componentes biogeográficos (os conjuntos de biomas brasileiros: Amazônia; Caatinga, Zona Costeira e Marinha; Mata Atlântica e Campos Sulinos; Cerrado e Pantanal).	
	Programa Esporte e Lazer da Cidade	Os objetivos centrais são: ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.	
	Programa Núcleo de Esporte de Base	Promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculados na rede pública de ensino.	
	Projovem Trabalhador 2012 – Juventude Cidadã	Ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional, permitindo o seu reingresso no processo educacional, recebendo qualificação profissional e acesso a ações de cidadania, além da inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer.	
	Plano Diretor Participativo	Estruturar nacionalmente o planejamento territorial urbano e a política de gestão do solo urbano, na direção apontada pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto das Cidades.	

(continua)



Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Rio de Janeiro	Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/RJ)	Orientar para a utilização racional dos recursos da zona litorânea, com vistas à preservação da qualidade de vida da sua população e à efetiva proteção aos ecossistemas nela existentes, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.	Nos últimos 10 anos, o Rio de Janeiro, por intermédio da Feema, tem participado do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei Federal nº 7.661, de 16/5/88. O engajamento do estado se justifica por duas razões básicas: primeiro, pela importância do litoral fluminense, seja do ponto de vista econômico, seja do ambiental; segundo, para atender ao que estabelece a Lei Estadual nº 1.204, de 7/11/87, que instituiu o Comitê de Defesa do Litoral (Codel/RJ) e fortaleceu as atribuições do estado na gestão do processo de uso e ocupação do litoral. Atualmente, o GERCO/RJ responde por programas como o Projeto Orla – Gestão Integrada da Orla Marítima, o Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande e (PDS-Sepetiba)
	Programa Renda Melhor	Assistir com benefício financeiro as famílias que são integrantes do Programa Bolsa Família, do Governo Federal. O Governo do Rio de Janeiro visa assim alinhar-se ao desafio nacional pela superação da pobreza extrema, lançado pelo Governo Federal, com o Plano Brasil Sem Miséria.	
	Programa Lixão Zero	Um dos eixos principais de atuação para a erradicação dos lixões municipais até 2014 – como determina a Lei Nacional de Resíduos Sólidos – é o Programa Lixão Zero, que, coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), integra o Pacto pelo Saneamento e faz parte do Plano Guanabara Limpa.	
Estadual – Rio de Janeiro	Plano Diretor de Turismo do Governo do Rio de Janeiro	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento da indústria turística no seu território, de forma sustentável.	O processo de elaboração do Plano Diretor contou com a participação de agentes públicos e privados relacionados à atividade. Foram realizadas 14 reuniões regionais e 15 reuniões setoriais, nas quais foram discutidos problemas, potencialidades e proposições para o setor.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Rio de Janeiro	Programa de Saneamento dos Municípios do entorno da Baía Guanabara (PSAM)	Reduzir a poluição da Baía e solucionar o conjunto de problemas ambientais da bacia.	Coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o PSAM prevê a realização, até 2016, de obras de esgotamento sanitário e projetos de saneamento nos municípios do entorno da Baía de Guanabara. Além da execução das obras, as ações do programa envolvem investimentos nas instituições do Governo do Estado para melhorar a qualidade dos serviços prestados e no apoio às prefeituras para que promovam políticas públicas de saneamento os 15 municípios envolvidos: Belford Roxo; Cachoeiras de Macacu; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí; Magé; Mesquita; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; Rio Bonito; Rio de Janeiro; São João de Meriti; São Gonçalo; e Tanguá.
	Plano Guanabara Limpa	Saneamento de 80% da Baía de Guanabara até 2016	O Plano faz parte dos compromissos olímpicos assumidos pelo Governo do Estado com o Comitê Olímpico Internacional (COI) para a realização das Olimpíadas do Rio e reúne 12 iniciativas do Governo do Estado para a recuperação ambiental da Baía de Guanabara – tendo como carro-chefe o Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM).
	Reflorestamento da Baía de Guanabara	Reflorestamento no entorno da Baía de Guanabara	A iniciativa ambiental é uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), a Fundação Onda Azul e a Prefeitura de Magé. O reflorestamento de 200 hectares de área de mangue no Município de Magé, na Região Metropolitana do Rio, além da implantação de um horto com capacidade para produzir um milhão de mudas de mangue por ano. Além da questão ambiental, o projeto também tem importância social para região: a recuperação do manguezal permitirá o retorno de pescadores e de catadores de caranguejos a Magé. Todo esse trabalho utilizará mão de obra da própria região, contribuindo para alavancar a economia local ao criar postos de trabalho,
	Recuperação do Canal de São Lourenço	Projeto de retirada de embarcações e dragagem de área da Baía de Guanabara reativará centro de pesca artesanal em Niterói.	

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Rio de Janeiro	Recuperação do Canal de São Lourenço	Retirada de carcaças de embarcações abandonadas, de dragagem e de recuperação ambiental do Canal de São Lourenço.	A medida viabilizará a dragagem do assoreado Canal de São Lourenço e a reativação do Centro Integrado de Pesca Artesanal (Cipar), que deixou de funcionar devido às embarcações abandonadas que impedem a navegação na região – entre a Ilha da Conceição e o litoral de Barreto, no Município de Niterói – e provocam poluição ambiental, beneficiando cerca de 20 empresas instaladas nas proximidades.
	TAC da Reduc	Melhorar a qualidade do ar da região, em especial do Município de Duque de Caxias, como contribuirão para o avanço do saneamento e da melhoria da qualidade das águas da Baía de Guanabara.	O TAC da Reduc faz parte das iniciativas previstas no Plano Guanabara Limpa. Com 24 ações – e 53 subações – que precisam ser cumpridas ao longo de seis anos, até 2017, o TAC da Reduc tem como objetivo geral a redução de 80% das emissões atmosféricas poluentes e o tratamento mais rigoroso de 70% dos efluentes contaminados orgânicos e oleosos despejados na Baía de Guanabara pela refinaria da Petrobras.
	Programas Regionais da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico	Estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras, preservando a cultura da pesca artesanal e também o meio ambiente.	O programa da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), prevê a instalação de ranchos de pesca, para limpeza, manipulação do pescado e uma oficina para manutenção de barcos. Serão beneficiados pescadores artesanais de Canto de Itaipu, em Niterói, na região metropolitana do Rio,
	Plano de Emergência da Baía de Guanabara	Atender os casos de poluição acidental ocasionados por derramamento de óleo na Baía de Guanabara.	Para atender os casos de poluição acidental ocasionados por derramamento de óleo, foi criado, no início dos anos 1990, o Plano de Emergência da Baía de Guanabara. Os órgãos públicos como a Marinha do Brasil, a Defesa Civil, o INEA e a Cia. Docas têm o papel de coordenar e fiscalizar as atividades que são realizadas na Baía. As companhias de limpeza urbana dos municípios do entorno da Baía atuam na limpeza das áreas atingidas. A instalação do Centro de Atendimento a Emergências em 2009 foi considerada um grande reforço ao Plano.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Rio de Janeiro	Projeto Ecobarreira 2016	Instalação de barreiras feitas de material reaproveitado nos rios que desaguam na Baía de Guanabara, no intuito de conter aproximadamente 10 toneladas de resíduos flutuantes para cada barreira antes que se depositem no fundo da Baía da Guanabara.	As operações das ecobarreiras são financiadas pela Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro (ASSERJ) e executadas pela Federação das Cooperativas de Catadores de Material Reciclável do Estado do Rio de Janeiro (FEBRACOM), com supervisão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). As ecobarreiras constituem-se em estruturas flutuantes construídas em madeira, bombonas plásticas, garrafas PET, material reciclado e aço, ancoradas nas margens dos rios há 50 centímetros da superfície. Até hoje cinco barreiras foram instaladas.
	Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA-RJ)	Regulamentar a educação ambiental no âmbito do Estado do Rio de Janeiro através da promoção de ações de educação ambiental integrada aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.	A missão do ProEEA-RJ é fortalecer a a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção da cidadania e defesa da sustentabilidade da vida. Ficam incumbido às empresas a obrigação de promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores visando a melhoria e o controle efetivo sobre as suas condições e o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente, inclusive sobre os impactos da poluição sobre as populações vizinhas e no entorno de unidades industriais.
	Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI)	Estabelecer diretrizes para a gestão sustentável das águas do Estado do Rio de Janeiro, fundamentando e orientando a implementação das políticas relacionadas direta e indiretamente com a conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos.	A lei federal no 9433/97 (Lei das Águas), que delineou a POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS determinou a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Recursos Hídricos, composto pelos diversos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, os quais por sua vez devem consolidar os diversos Planos de Bacias Hidrográficas dos Estados. Atualmente já existem Planos bastante elaborados de algumas bacias do Estado, enquanto em outras, como as da Região dos Lagos, Macaé e Lagoa Feia além de não existirem Planos, tem-se enorme carência de dados.
	Programa Asfalto na Porta	Melhoria da infraestrutura urbana de 91 municípios, com foco na Baixada Fluminense.	O pacote de intervenções prevê aplicação de asfalto em vias urbanas, com drenagem, pavimentação, meio fio, acessibilidade e sinalização. No total, 1.380 vias das cidades de Mangaratiba, Itaguaí, Magé, Maricá, São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Tanguá, Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica serão contempladas pelo programa

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Rio de Janeiro	Projeto BIG	Fomentar a gestão integrada do ecossistema da Baía da Ilha Grande e garantir o desenvolvimento sustentável da região.	O projeto é uma parceria entre o governo do estado e a organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e prevê o investimento de R\$ 50 milhões na gestão ambiental da Baía da Ilha Grande ao longo de cinco anos. O projeto terá duração de cinco anos e será articulado com as prefeituras de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. A parceria envolve ainda os setores produtivo e a sociedade civil. A ideia é focar em quatro áreas principais: planejamento, política e fortalecimento institucional; biodiversidade e áreas protegidas; monitoramento e mitigação das principais ameaças à qualidade ambiental da região; envolvimento público e participação social na gestão ambiental da baía.
	Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara	Visa diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara que se inserem em parte no município de Itaboraí.	Este Programa está contemplado na Agenda 21 do Comperj.
	Plano de Restauração Florestal do Comperj	Integra o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) firmado entre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (2011) para a restauração florestal da região, com o plantio de nove milhões de mudas de espécies de Mata Atlântica dentro e no entorno do Comperj, abrangendo a bacia hidrográfica dos rios Macacu e Caceribus.	Foram adquiridas e plantadas mais de 150 mil mudas na área interna do Comperj. Para produção de mudas, foi implantado no empreendimento um viveiro florestal com a capacidade de produção de até 300 mil mudas por ano.
	Plano Estratégico Governo do Estado do Rio de Janeiro	Representa o cumprimento de mais uma etapa do planejamento do governo e vem firmar perante a sociedade a linha de compromisso assumida pelo governador e implementada por esta secretaria.	

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – São Paulo	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (SP)	Planejar e administrar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e promover a proteção adequada dos seus ecossistemas, para usufruto permanente e sustentado das gerações presentes e futuras.	A partir da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, o Governo do Estado de São Paulo, deu início a um programa de gerenciamento costeiro. As pressões para a apropriação dos recursos naturais terrestres e marinhos ocorrem de forma diferenciada nos 36 municípios que compõem a Zona Costeira do estado e constituem desafios a serem enfrentados pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Com base na subdivisão do litoral paulista nos setores: Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia (Litoral Sul), Vale do Ribeira (considerando sua bacia de drenagem na vertente atlântica e os limites municipais), Região Metropolitana da Baixada Santista e Litoral Norte e apoiado nos instrumentos de planejamento e gerenciamento, o governo do estado promoverá um processo de administração costeira, participativa e democrática articulado com os órgãos governamentais e com os setores produtivos.
	Programa Município Verde-Azul	Visa ganhar eficiência na gestão ambiental através da descentralização e valorização da base da sociedade.	Elaborado em 2007 pela Secretaria de Meio Ambiente do estado, o programa estimula e capacita as prefeituras a implementarem e desenvolverem uma Agenda ambiental estratégica. Ao final de cada ciclo anual é avaliada a eficácia dos Municípios na condução das ações propostas na Agenda. A partir dessa avaliação, são disponibilizados à SMA, ao Governo de Estado, às Prefeituras e à população o Indicador de Avaliação Ambiental-IAA. Foram propostas aos 645 municípios do estado 10 Diretivas, que abordam questões ambientais prioritárias a serem desenvolvidas (Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental).

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – São Paulo	Educação Fiscal no Litoral Norte	Visa contribuir para conscientização do cidadão sobre direitos e deveres, relativamente aos tributos e à aplicação dos recursos públicos, incentivando o controle social para o efetivo exercício da cidadania.	Este programa gerenciado pelo GEF, Grupo de Educação Fiscal, tem como parceiros A UNAFISCO, SINDIRECEITA, RECEITA FEDERAL de São Sebastião e SME de S. Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Ilha Bela, além do DRE de Caraguatatuba. A cartilha de atividades interativas que compreende temas vinculados a planejamento, orçamento, fiscalização e aplicação de recursos públicos além de turismo, meio ambiente, qualidade de vida, cidadania, consumo, entre outros. Destina-se à professores e alunos das últimas séries do ensino fundamental das escolas da rede.
	Projeto de Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos – GIREM	Tornar a gestão dos resíduos sólidos em seu território mais eficiente, por meio da atuação conjunta da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).	Por meio do Decreto Estadual nº 57.817/2012, O Estado de São Paulo instituiu o projeto que apoia os municípios paulistas de pequeno porte (com até 100.000 habitantes) que não estejam inseridos em regiões metropolitanas. Os demais municípios do Estado receberem orientações específicas por parte da SMA, em atuação conjunta com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA).
	Microbacias II	Tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável e a competitividade agrícola no Estado, aumentando as oportunidades de emprego e renda para pequenos agricultores e suas famílias, por meio do apoio às iniciativas de negócio voltadas ao mercado, apresentadas pelas organizações de produtores rurais.	Instituído pelo Decreto nº 56.449, de 29 de novembro de 2010, é implementado pela Cati e pela CBRN. Conta, ainda, com o apoio da equipe técnica do Instituto de Cooperativismo e Associativismo da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios. O projeto dá continuidade ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, realizado entre 2000 e 2008 e seu foco é o apoio às iniciativas de negócio para facilitar o acesso do pequeno agricultor ao mercado.
	Programa Adote uma Nascente	Incentivar a proteção de nossos recursos hídricos por meio da identificação, cadastro e compromisso de proteção das nascentes.	Criado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), o programa permite a aqueles que tiverem uma nascente em sua propriedade, mas não tiverem recursos para preservá-la, disponibilizar a área para ser adotada por outra pessoa ou entidade. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá adotar uma nascente e garantir a proteção, manutenção ou recuperação da vegetação em seu entorno.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
	Programa Turismo do Saber	Iniciativa da Secretaria de Turismo que visa proporcionar a crianças da rede pública de ensino a oportunidade de conhecer novos lugares dentro do Estado de São Paulo.	Trata-se de uma repaginação do antigo "Caravanas do Conhecimento", realizado anteriormente pelo Cepam e a Secretaria de Educação.
	Programa Roda SP	É um programa itinerante, que percorre diversas regiões do estado ao longo do ano acompanhando os grandes fluxos de turistas em festas, eventos e férias escolares.	
Municipal- Itaboraí	Plano Municipal de Saneamento Básico de Itaboraí	Dotar o município de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico com qualidade e continuidade,	Conforme exigência legal da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. A elaboração do PMSB conta com apoio técnico da Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro, através do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM).
	Agenda 21 Comperj	Tem como base uma metodologia específica, que contempla as etapas necessárias para a consolidação do trabalho nos municípios envolvidos.	Em cada um dos 14 municípios envolvidos foram identificados problemas, preocupações e potencialidades. Também foram apontadas propostas de ações para minimizar problemas e aproveitar oportunidades. Todo esse trabalho foi desenvolvido por meio da aplicação de uma tecnologia social própria, derivada da metodologia de Agenda 21. – Para implementação dos processos de Agenda 21 Local na região, foram adotadas as seguintes premissas: Abordagem multissetorial e sistêmica envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental; Sustentabilidade progressiva e ampliada; Planejamento estratégico participativo, envolvendo toda a sociedade; Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e envolvimento das pessoas,
	Programa Asfalto na Porta	Melhoria da infraestrutura do município	O programa Asfalto na Porta propicia obras de pavimentação e recuperação de vias, com a recuperação do asfalto. Realizado em parceria com o Governo do Estado,

(continua)



Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
	Juventude Viva	Ampliar direitos e prevenir a violência que atinge de forma preocupante jovens, moradores de bairros elevados índices de homicídios	O projeto tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros à violência e prevenir a ocorrência de homicídios, sensibilizando a opinião pública sobre aspectos como a banalização da violência e a valorização da vida desses jovens. Ele também inclui ações preventivas na cidade que oferecerão oportunidades por meio de atividades como cursos de teatro, música e qualificação profissional para jovens negros ou não, de baixa renda, dos 15 aos 29 anos.
Municipal - Tanguá	Planos Municipais de Saneamento Básico - Tanguá	Dotar o município de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico com qualidade e continuidade,	Conforme exigência legal da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. A elaboração do PMSB conta com apoio técnico da Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro, através do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM).
	Agenda 21 Comperj	Tem como base uma metodologia específica, que contempla as etapas necessárias para a consolidação do trabalho nos municípios envolvidos.	Em cada um dos 14 municípios envolvidos foram identificados problemas, preocupações e potencialidades. Também foram apontadas propostas de ações para minimizar problemas e aproveitar oportunidades. Todo esse trabalho foi desenvolvido por meio da aplicação de uma tecnologia social própria, derivada da metodologia de Agenda 21. – Para implementação dos processos de Agenda 21 Local na região, foram adotadas as seguintes premissas: Abordagem multissetorial e sistêmica envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental; Sustentabilidade progressiva e ampliada; Planejamento estratégico participativo, envolvendo toda a sociedade; Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e envolvimento das pessoas, instituições e organizações da sociedade; Processo tão importante quanto o produto; Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal - Maricá	Plano Municipal de Saneamento Básico	Dotar o município de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico com qualidade e continuidade,	Conforme exigência legal da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. A elaboração do PMSB conta com apoio técnico da Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro, através do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM).
	Maricá Mais Verde	Reflorestamento das matas às margens dos rios da cidade.	É um programa socioambiental que irá beneficiar os agricultores familiares da cidade num arranjo produtivo local organizado pelas secretarias municipais de Ambiente e de Pesca, Agricultura, Aquicultura e Pecuária. O programa de reflorestamento se estenderá a toda à área da bacia hidrográfica do Ubatiba, rio que abastece a cidade.
Municipal - Maricá	Agenda 21 Comperj	Tem como base uma metodologia específica, que contempla as etapas necessárias para a consolidação do trabalho no município.	Foram identificados problemas, preocupações e potencialidades do município. Também foram apontadas propostas de ações para minimizar problemas e aproveitar oportunidades. Todo esse trabalho foi desenvolvido por meio da aplicação de uma tecnologia social própria, derivada da metodologia de Agenda 21. – Para implementação dos processos de Agenda 21 Local na região, foram adotadas as seguintes premissas: Abordagem multissetorial e sistêmica envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental; Sustentabilidade progressiva e ampliada; Planejamento estratégico participativo, envolvendo toda a sociedade; Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e envolvimento das pessoas, instituições e organizações da sociedade; Processo tão importante quanto o produto; Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – Saquarema	Agenda 21 Comperj	Tem como base uma metodologia específica, que contempla as etapas necessárias para a consolidação do trabalho no município.	Desenvolvido por meio da aplicação de uma tecnologia social própria, derivada da metodologia de Agenda 21. – Para implementação dos processos de Agenda 21 Local na região, foram adotadas as seguintes premissas: Abordagem multissetorial e sistêmica envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental; Sustentabilidade progressiva e ampliada; Planejamento estratégico participativo, envolvendo toda a sociedade; Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e envolvimento das pessoas, instituições e organizações da sociedade; Processo tão importante quanto o produto; Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.
Municipal - Niterói	Programa Mais Infância	Expansão de 80% da rede de educação infantil no município	O programa prevê a construção de 20 UMEIs (Unidades Municipais de Educação Infantil) pelos próximos quatro anos.
Municipal - Paraty	Agenda 21 de Paraty	Tem como base uma metodologia específica, que contempla as etapas necessárias para a consolidação do trabalho no município.	O fórum do Município que já possui 10 anos de existência, é um aprendizado sobre responsabilidade social e senso de comunidade, valores fundamentais para a convivência com inteligência e longe do caos. Os temas abordados em 2013 incluem Plano de Manejo da APA do Cairuçu, Saneamento e Resíduos Sólidos, Turismo Sustentável e Passaporte Verde, Certificações das Ações Sustentáveis, Planos de Educação Ambiental na Região (Eletronuclear, Petrobrás) e, Elaboração da Agenda 21 de Paraty.
	Projeto Paraty Recicla	Promover o desenvolvimento sustentável, educação ambiental e capacitação quanto às questões relacionadas ao consumo, produção, redução, reciclagem e destinação final dos resíduos gerados pelo município.	O Projeto está sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA) de Paraty e tem se desdobrado em outros projetos, como o Paraty Recicla em Ação, ainda em fase inicial. O projeto prevê a implantação em três linhas de ações: Coleta Seletiva e Reciclagem, Educação Ambiental e Campanha educativa e Responsabilidade Socioambiental.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
	Projeto Compensação de Carbono – Cartificado Carbono Compensado	Estimar as emissões anuais Carbono de empresas, comércio e atividades em Paraty e região e determinar a quantidade de árvores a serem plantadas.	Criado a partir do trabalho de Thierry Cintra Marcondes na disciplina de Educação Ambiental. A CALCULADORA de emissões de Carbono elaborada por Gabriel (Bié) Felício (acadêmico Eng. de Computação Unicamp) a ferramenta tem servido de apoio ao Projeto de arborização da Rodovia Rio-Santos e de plantio em áreas degradadas. As árvores são plantadas em parceria com a Flora Paraty e jardineiros locais.
	Plano Diretor Municipal	O Plano Diretor é o instrumento de planejamento orientador do desenvolvimento social, político e econômico do Município, que deve considerar, prioritariamente, as ações de preservação cultural e natural para a promoção do desenvolvimento sustentável no município.	O Plano Diretor Municipal encontrava-se, até janeiro de 2011, em revisão, sob o status de Anteprojeto de Lei.
Municipal - Rio de Janeiro	Monitoramento da qualidade das areias das praias cariocas.	Avaliar a evolução da qualidade das areias das das Praias do Município do Rio de Janeiro.	É uma ferramenta de gestão municipal para a orla marítima contribuindo para assegurar as condições necessárias à recreação de contato primário, propiciada pelas praias cariocas. Para efetuar esta avaliação, o Município do Rio de Janeiro estabeleceu a Resolução SMAC Nº 468, de 28 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a classificação das areias das praias. O monitoramento também atende ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que visa especificamente a orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira.
	Gestão Ambiental do Sistema da Lagoa Rodrigo de Freitas	Acompanhar as alterações físicas, químicas e biológicas decorrentes de atividades antrópicas e de fenômenos naturais, que podem tanto comprometer a qualidade da água da LRF para proteção das comunidades aquáticas, como para as práticas esportivas de contato secundário.	As ações da Prefeitura do Rio de Janeiro envolvem a Secretaria de Meio Ambiente, responsável pelo monitoramento da qualidade da água e a Secretaria de Obras, através da Fundação Rio Águas, responsável pelo manejo das comportas e vistoria das galerias de águas pluviais que desembocam no sistema da lagoa. Os objetivos desta gestão ambiental são a manutenção da vida aquática da Lagoa e a drenagem da área do entorno, de forma a preservar as condições de lazer e de acessibilidade de um dos principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal - Rio de Janeiro	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)	Proteger a saúde pública e a qualidade do meio ambiente; Incentivar a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem, garantindo a redução da geração de resíduos sólidos; Garantir a adequada disposição final dos resíduos mediante utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis e propiciadoras do aproveitamento de energia; Definir o papel do setor privado e da sociedade civil na gestão dos resíduos e suas responsabilidades no cumprimento dos objetivos da política de meio ambiente da cidade; Garantir que sejam alcançados os percentuais de redução dos GEE etc.	Visando atender as exigências da Lei Municipal nº 4.969, de 03.12.2008, que dispõe sobre objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no âmbito do Município do Rio de Janeiro, e das adições especiais contidas no Decreto Municipal nº 31.416, de 30.11.09, para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Para atender as metas e diretrizes do plano o Município do Rio de Janeiro subdividido nas 5 Áreas de Planejamento.
	Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar	Monitorar a Qualidade do Ar na cidade, Informar os resultados à população, Conscientizar a todos sobre a questão da poluição atmosférica, Subsidiar ações e incentivar políticas públicas.	O Programa MonitorAr-Rio é resultado do convênio entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Petrobras para a operação e ampliação da Rede Municipal de Monitoramento da Qualidade do Ar. O MonitorAr-Rio conta com 8 estações fixas e uma unidade móvel em sua Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar. A rede monitora: material particulado (MP <sub>10</sub> e MP <sub>2,5</sub> ), dióxido de enxofre, monóxido de carbono, ozônio, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio, além de umidade relativa, temperatura, velocidade e direção do vento, pressão atmosférica, radiação solar e precipitação.
	Gestão Ambiental do Sistema da Lagoa Rodrigo de Freitas	Acompanhar as alterações físicas, químicas e biológicas decorrentes de atividades antrópicas e de fenômenos naturais, que podem tanto comprometer a qualidade da água da LRF para proteção das comunidades aquáticas, como para as práticas esportivas de contato secundário.	As ações da Prefeitura do Rio de Janeiro envolvem a Secretaria de Meio Ambiente, responsável pelo monitoramento da qualidade da água e a Secretaria de Obras, através da Fundação Rio Águas, responsável pelo manejo das comportas e vistoria das galerias de águas pluviais que desembocam no sistema da lagoa. Os objetivos desta gestão ambiental são a manutenção da vida aquática da Lagoa e a drenagem da área do entorno, de forma a preservar as condições de lazer e de acessibilidade de um dos principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal - Rio de Janeiro	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)	Proteger a saúde pública e a qualidade do meio ambiente; Incentivar a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem, garantindo a redução da geração de resíduos sólidos; Garantir a adequada disposição final dos resíduos mediante utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis e propiciadoras do aproveitamento de energia; Definir o papel do setor privado e da sociedade civil na gestão dos resíduos e suas responsabilidades no cumprimento dos objetivos da política de meio ambiente da cidade; Garantir que sejam alcançados os percentuais de redução dos GEE etc.	Visando atender as exigências da Lei Municipal nº 4.969, de 03.12.2008, que dispõe sobre objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no âmbito do Município do Rio de Janeiro, e das adições especiais contidas no Decreto Municipal nº 31.416, de 30.11.09, para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Para atender as metas e diretrizes do plano o Município do Rio de Janeiro subdividido nas 5 Áreas de Planejamento.
	Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar	Monitorar a Qualidade do Ar na cidade, Informar os resultados à população, Conscientizar a todos sobre a questão da poluição atmosférica, Subsidiar ações e incentivar políticas públicas.	O Programa MonitorAr-Rio é resultado do convênio entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Petrobras para a operação e ampliação da Rede Municipal de Monitoramento da Qualidade do Ar. O MonitorAr-Rio conta com 8 estações fixas e uma unidade móvel em sua Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar. A rede monitora: material particulado (MP10 e MP2.5), dióxido de enxofre, monóxido de carbono, ozônio, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio, além de umidade relativa, temperatura, velocidade e direção do vento, pressão atmosférica, radiação solar e precipitação.
Municipal – Arraial do Cabo	Plano Diretor do Município de Arraial do Cabo	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	O Plano Diretor de Arraial do Cabo foi estabelecido pela Lei Orgânica Municipal de Arraial do Cabo de 5 de abril de 1990.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
	Projeto Guardas Mirins da Natureza	O Projeto atende a jovens estudantes da rede pública em situação de risco social, com idades entre 14 e 15 anos incompletos, que orientam turistas, em época de alta temporada, e os moradores nos períodos de alta e baixa temporada, quanto à necessidade de manter-se a cidade limpa. Dessa maneira, o Projeto trabalha com ações integradas aos setores de turismo, lazer e meio ambiente.	Os jovens atendidos pelo Projeto usufruem de cursos profissionalizantes e atendimento psicológico, além de receberem meio salário mínimo pelos serviços prestados.
	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.
Municipal – Angra dos Reis	Plano Estratégico Turístico de Angra dos Reis	Definir parâmetros, avaliar o estágio de desenvolvimento e elaborar plano de ação para que os 65 destinos indutores do desenvolvimento alcancem competitividade de nível internacional.	
Municipal – Santos	Programa Municipal de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil (RSCC)	Reduzir o impacto ambiental e ampliar a vida útil dos aterros sanitários.	Instituído pela Lei Complementar 792, as medidas do programa RSCC promovem a destinação adequada dos materiais descartados nas obras. De acordo com o Plano Municipal, pequenos geradores serão atendidos através do serviço de atendimento de coleta, transporte e destinação final, disponibilizado pela prefeitura. Já os grandes geradores deverão requerer análise do órgão municipal do meio ambiente para obter a licença de edificação e demolição.

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – Guarujá	Programa de Controle da Poluição do Guarujá	Diagnosticar as fontes de poluição da água, do ar e do solo, existentes nas fases de recebimento, processamento, transporte, manuseio, estocagem e expedição de matérias primas, insumos básicos e produtos das empresas portuárias, exigindo controle de fontes de poluição de acordo com o disposto nas leis vigentes.	A Secretaria de Meio Ambiente mantém um controle rigoroso das operações de carga e descarga de produtos químicos e alimentos, para evitar que os produtos acabem contaminando as águas. O trabalho desenvolvido nos últimos cinco anos pela Prefeitura de Guarujá resultou na redução dos níveis de poluição provocada pelas atividades portuárias no solo, mananciais e estuário do município.
	Projeto de Controle de Poluição das Praias e Águas Estuarinas	Proteção ambiental dos rios, estuários e manguezais, através do monitoramento sistemático das atividades potencialmente poluidoras: dragagens, embarcações de transportes marítimos, atividades desportivas e recreio.	O projeto, inserido dentro do Programa de Controle de Poluição do Guarujá, tem uma interface de apoio ao Projeto Retroportuário, complementando a fiscalização das fontes fixas de poluição, através das operações por vias fluviais e marítimas.
	Projeto Porto/Retroporto	A preservação, melhoria, recuperação da qualidade ambiental do ecossistema estuarino do Guarujá.	A Prefeitura Municipal de Guarujá, através da Secretaria de Meio Ambiente, com base no programa de governo e de conformidade com a legislação vigente, implantou o programa que visa reduzir e recuperar a qualidade da água, do ar e do solo na região. O projeto inserido no Programa de Controle da Poluição do Guarujá já obteve, através das visórias, a regularização de empresas interligadas ao Porto e Retroporto atendendo a exigências determinadas pela legislação
	Projeto Marinas	Controle de efluentes líquidos, oleosos, armazenamento de produtos químicos e adequações de instalações.	Inserido dentro do Programa de Controle da Poluição do Guarujá, o projeto realiza vistorias em Clubes, Marinas, Garagens Náuticas, Estaleiros, Oficinas Mecânicas, Píeres Públicos e Privados, Postos de Abastecimento de embarcações e demais instalações náuticas do Município do Guarujá.
	Programa de Turismo Sustentável de Guarujá	Visa gerar renda para as comunidades atendidas e contribui na redução dos impactos causados nos recursos naturais.	

(continua)



Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – Praia Grande	Programa Cidade Vida	O programa engloba ações na área ambiental que tem como meta permitir um salto na qualidade de vida dos moradores e turistas que visitam a Cidade.	A iniciativa é composta por 14 medidas para os mais diversos setores do tema. São elas: coleta seletiva, coleta seletiva de óleos, coleta de grandes volumes, sistema de logística reversa, reuso da água, destinação de resíduos da construção civil (RCC), arborização planejada, educação ambiental, proteção aos animais, destinação final de resíduos orgânicos, balneabilidade das praias, fiscalização centralizada, combate à poluição sonora e concurso sobre o meio ambiente. Programa Cidade Vida tem participação das secretarias de Meio Ambiente (Sema), Serviços Urbanos (Sesurb), Urbanismo (Seurb), Educação (Seduc), de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Trabalho (Sedettra) e Saúde Pública (Sesap).
Municipal – Ubatuba	Plano Municipal de Defesa Civil.	Planejar ações preventivas, corretivas e emergenciais, com o objetivo de proteger as comunidades, em parceria com os órgãos de segurança em atividade no município.	Para a construção do Plano Municipal de Defesa Civil, foram formados diversos Grupos de Trabalhos (GTs) para que cada situação de emergência possa ser conduzida da melhor forma. Entre os GTs formados estão: Busca e Salvamento; Serviços Essenciais; Transporte e Logística; Riscos, Ameaças e Vulnerabilidades; Primeiros Socorros e Assistência Hospitalar, entre outros.
Municipal - Caraguatatuba	Revitalização do Viveiro Municipal	Planejar ações preventivas, corretivas e emergenciais, com o objetivo de proteger as comunidades, em parceria com os órgãos de segurança em atividade no município.	Para a construção do Plano Municipal de Defesa Civil, foram formados diversos Grupos de Trabalhos (GTs) para que cada situação de emergência possa ser conduzida da melhor forma. Entre os GTs formados estão: Busca e Salvamento; Serviços Essenciais; Transporte e Logística; Riscos, Ameaças e Vulnerabilidades; Primeiros Socorros e Assistência Hospitalar, entre outros.
	Recuperação de área degradada	Recuperar áreas degradadas no município por disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, da construção civil e da poda, além das áreas degradadas pelo uso e ocupação irregular do solo.	O projeto conduzido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do município estuda, efetua o projeto e a recuperação de áreas degradadas por disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, da construção civil e da poda, além das áreas degradadas pelo uso e ocupação irregular do solo

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal - Caraguatatuba	Recicla Caraguá	Coleta diferenciada de recicláveis, para promover a inclusão social, a correta separação de resíduos e a mudança dos hábitos de consumo rumo ao desenvolvimento sustentável.	O projeto é desenvolvido pela ONG Maranata Ecologia, por meio de um convênio com o governo do município. Além de preservar o meio ambiente, através do recolhimento de material composto por papelão, papel, plásticos, vidro, alumínio, ferro e outros metais, o projeto desenvolve ainda um trabalho social com moradores de rua.
	Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)	Constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais.	
Consórcio	Programa Clorofila	Formar cidadãos com maior consciência ecológica e incentivar a comunidade para a adoção de práticas sustentáveis	Criado em 1992 pela Sobloco Construtora, o Programa Clorofila leva educação ambiental a 20 escolas públicas e particulares do município de Bertioga, no litoral paulista, e já atendeu mais de 12 mil estudantes. Entre as atividades realizadas pelo projeto estão o plantio de hortas e jardins no espaço da escola, a criação e o manejo de composteiras, a formação de professores através de cursos, palestras, workshops e vivências com a natureza e a realização de eventos em datas temáticas como o Dia do Meio Ambiente, Dia da Bandeira, Dia da água, etc.
	Projeto Litoral Sustentável	Formar cidadãos com maior consciência ecológica e incentivar a comunidade para a adoção de práticas sustentáveis.	Uma iniciativa do Instituto Pólis e abraçado pela Petrobrás, O Diagnóstico urbano socioambiental e programa de desenvolvimento regional sustentável abrange os municípios de Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.
	Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC)	O NEA-BC é um projeto participativo de educação ambiental da Unidade Operacional da Petrobras (UO-Rio), criado para fortalecer a organização comunitária buscando inseri-la diretamente em ações efetivas e inovadoras de sustentabilidade regional e local.	Este Projeto abrange os municípios de Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo

(continua)

Quadro 6-1 (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Consórcio	Escola Aberta	Desenvolver atividades de lazer, esporte, cultura, arte, informação, formação inicial para o trabalho, geração de renda, etc, para as comunidades do entorno escolar, nos finais de semana.	É um Programa do Governo Federal. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a UNESCO, os Ministérios da Cultura, do Esporte e do Trabalho e Emprego,
	Projeto Boto-Cinza	Estudar os aspectos da biologia e ecologia do boto-cinza ( <i>Sotalia guianensis</i> )	Criado em 1999, o projeto além da pesquisa científica, promove atividades de educação, conscientização ambiental e valorização da cultura local, o que confirma seu papel como importante colaboradora na busca de soluções para os problemas sócio-ambientais da região. O projeto participa de redes gestoras das áreas ambiental, turística e cultural e os resultados dos estudos desenvolvidos são disponibilizados, passando a ser incorporados em pautas de discussões da agenda local.
	Programa Melhore sua Casa	O Programa, através da mobilização de mutirões, dá prosseguimento a construções sem revestimentos externos.	O Programa é uma iniciativa da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em parceria com a Secretaria de Ação Social, Integração e Trabalho, de Arraial do Cabo, coordenada por um funcionário da Secretaria que organizou e cadastrou as famílias interessadas no ingresso do Programa.
	Projeto MAQUA	Ampliar o conhecimento acerca dos mamíferos marinhos que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, bem como sua preservação.	O Grupo de Pesquisa MAQUA e a UERJ tornaram-se referências para o trabalho com mamíferos aquáticos no Brasil, sendo reconhecidos tanto no meio universitário quanto por parte de órgãos de governo (IBAMA, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, Companhias de Limpeza Urbana, entre outros). Atualmente, o Projeto MAQUA desenvolve vários projetos em parceria com instituições de pesquisa de diversas regiões do Brasil.

(continua)

Quadro 6-1 (conclusão)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Consórcio	Projeto Tartaruga Marinha - TAMAR	Adquirir informações e formular ações educativas e estratégicas para a proteção de tartarugas marinhas.	O Projeto TAMAR é a designação do Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas, executado pelo IBAMA, através do Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Centro TAMAR-IBAMA), órgão governamental; e pela Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisas das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-TAMAR), instituição não governamental, de utilidade pública federal. O Projeto TAMAR foi criado em 1980 pelo então IBDF com o objetivo de salvar e proteger as tartarugas marinhas do Brasil. Atualmente, é uma das mais respeitadas organizações destinada à preservação de espécies no mundo.
	Projeto Fazenda Marinha	Investir na formação especializada de comunidades pesqueiras e monitorar o repovoamento da fauna marinha na Baía de Sepetiba	Projeto coordenado pela Vale, no Terminal Ilha Guaíba (TIG), ensina técnicas de cultivo em ostras, mexilhões e coquiles. O treinamento engloba os principais temas da maricultura, desde a iniciação no conhecimento dos equipamentos, da anatomia das espécies, montagem das linhas de produção e cultivo até o manejo das sementes. A comunidade acadêmica também está envolvida nos projetos da Fazenda Marinha. A Fundação Universidade do Rio Grande (FURG, do Rio Grande do Sul), fornece as pós-larvas de camarão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) recebem as doações de microalgas para estudos.

O levantamento registrou que estão em planejamento ou em implantação diversos Planos e Programas nas Áreas de Estudos do Trecho Terrestre e na Área de Influência do Trecho Marítimo do empreendimento. Merecem destaque aqueles relacionados ao desenvolvimento da indústria petrolífera, ao desenvolvimento social e à conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Deve-se observar que, na esfera municipal, o principal instrumento de planejamento territorial é Plano Diretor, mas nem todos os municípios consultados possuem um concluído, atualizado e disponível para consulta pública.

Dessa forma, ao analisar os Planos e Programas identificados, em todos os níveis, não se averiguou incompatibilidade destes com a atividade proposta.